Estratégia
Carreira Jurídica

Aula 00 (Prof. Marcos Gomes)

DPE-BA (Defensor) - Como Estudar para Defensor da DPE-BA - 2021 - (Pós-Edital)

Autor:
Equipe Materiais Carreiras Jurídicas, Igor Maciel, Marcos Gomes, Paulo H M Sousa

25 de Maio de 2021

Sumário

1. Considerações iniciais 3

1.1 – Apresentação 3

1.2 – Ementa da matéria 4

2. Análise quantitativa 9

2.1 – Análise de fontes 9

2.2 – Análise de temas 10

3. Análise qualitativa e Parecer 11

3.1 – Introdução 11

3.2 – Introdução ao Direito (LINDB e LC 95/1988) 13

3.3 – Pessoas e bens (arts. 1° a 103, CC) 14

3.4 – Negócio Jurídico 15

3.5 – Prescrição, decadência e provas 15

3.6 – Modalidades e transmissão das obrigações 16

3.7 – Adimplemento, extinção e inadimplemento das obrigações (arts. 304 a 420) 16

3.8 – Teoria geral dos contratos (arts. 421 a 480) 16

3.9 – Espécies de contratos e atos unilaterais (arts. 481 a 886) 17

3.10 – Responsabilidade civil (arts. 927 a 954) 17

3.11 – Posse e propriedade em geral (arts. 1.196 a 1.276) 18

3.12 – Limites à propriedade (arts. 1.277 a 1.368-F) 19

3.13 – Direitos reais sobre coisa alheia (arts. 1.369 a 1.418) 19

3.14 – Direitos reais de garantia e laje (arts. 1.419 a 1.510) 19

3.15 – Direito pessoal de família (arts. 1.511 a 1.638) 19

3.16 – Direito patrimonial de família (arts. 1.639 a 1.727) 20

3.17 – Direito assistencial (arts. 1.728 a 1.783-A) 20

3.18 – Sucessão geral e legal (arts. 1.784 a 1.856) 20

3.19 – Sucessão testamentária e inventarial (arts. 1.857 a 2.027) 20

4. Considerações Finais 21

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 – APRESENTAÇÃO

Inicialmente, lembro que sempre estamos disponíveis, para você, aluno Estratégia, no Fórum de Dúvidas do Portal do Aluno:


Fórum de Dúvidas do Portal do Aluno

Falando em contato conosco, ficam nossos contatos, sempre:


@Prof Igor Maciel


t.me/profigormaciel


prof.phms@estrategiaconcursos.com.br


ProfPauloSousa


@prof.phms


@prof.phms


t.me/prof.phms

Marcos Lopes Gomes


@marcoslopesgomes


t.me/marcoslopesgomes

Nesta aula, analisaremos a incidência das questões de Direito Civil nas provas de Defensorias. A partir da análise geral vista na aula introdutória, como essa matéria é cobrada nesse certame? Inicialmente, apresentaremos os dados estatísticos levantados nas provas e, na sequência a análise qualitativa e o parecer **especificamente para a prova da DPEBA – Pós-edital.**

1.2 – EMENTA DA MATÉRIA

O Direito Civil pode ser visto a partir da *ementa-padrão* abaixo. Sabemos que toda classificação é sujeita a críticas e certamente há quem não concordará com a divisão proposta. Essa ementa e essas divisões foram feitas a partir de uma discussão longa e aprofundada com os professores da área durante vários meses. Não é perfeita, mas, meramente ideal. De qualquer forma, iremos apresentar nosso viés defensorial!

A divisão é didática e pensada a partir de uma estrutura maior, de análise do todo. Essa divisão e essa classificação se harmonizam em todas as Carreiras Jurídicas, de modo a trazer uma parametrização objetiva.

1. **Introdução ao Direito (LINDB e LC 95/1988)**

Lei de introdução às normas do direito brasileiro. Lei de Introdução ao Código Civil. Decreto-Lei 4.657/1942. Vigência e eficácia da norma. Repristinação e ultratividade. Aplicação da lei no tempo e no espaço. Interpretação e integração da lei. Diálogo das fontes. Analogia. Costumes. Princípios gerais do direito. Equidade. Direito internacional público. Direito público. Lei 13.655/2018.

2. **Pessoas e bens (arts. 1º a 103)**

Das pessoas. Das pessoas naturais. Da personalidade e da capacidade. Do absolutamente incapaz. Do relativamente capaz. Do plenamente capaz. Da emancipação. Do registro e da averbação. Dos direitos da personalidade. Da presunção de morte. Da comoriência. Da ausência. Da curadoria dos bens do ausente. Da sucessão provisória. Da sucessão definitiva. Das pessoas jurídicas. Disposições gerais. Da teoria da realidade técnica. Da constituição. Da autonomia patrimonial. Das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado. Das associações. Das fundações. Da responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público. Da desconsideração da personalidade jurídica. Do domicílio. Do domicílio da pessoa natural. Da residência. Do domicílio necessário. Do domicílio contratual. Do domicílio da pessoa jurídica. Das coisas. Dos bens. Do patrimônio Das diferentes classes de bens. Dos bens considerados em si mesmos. Dos bens imóveis. Dos bens móveis. Dos bens fungíveis e infungíveis. Dos bens tangíveis e intangíveis. Dos bens consumíveis e inconsumíveis. Dos bens divisíveis e indivisíveis. Dos bens singulares e coletivos. Universalidades de direito e de fato. Dos bens reciprocamente considerados. Dos bens principais e acessórios. Das benfeitorias. Das acessões. Dos frutos. Dos produtos. Dos bens públicos. Dos bens de uso comum do povo, de uso especial e dominicais. Do bem de família. Do bem de família convencional. Do bem de família legal. Lei 8.009/1990.

3. **Negócio jurídico (arts. 104 a 188)**

Dos fatos jurídicos. Da teoria do fato jurídico. Da existência, validade e eficácia dos fatos jurídicos em sentido amplo. Do negócio jurídico. Do negócio consigo mesmo. Disposições gerais. Da representação. Da condição, do termo e do encargo. Da condição suspensiva e resolutiva. Do termo inicial e final. Dos defeitos do negócio jurídico. Do erro ou ignorância. Do dolo. Da coação. Do estado de perigo. Da lesão. Da fraude contra credores. Da invalidade do negócio jurídico. Das nulidades e anulabilidades. Da simulação. Dos prazos de anulação. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos. DO abuso de direito. Do convalescimento, da sanação ou saneamento e da convalidação do negócio jurídico anulável. Da conversão substancial do negócio jurídico nulo.

4. **Prescrição, decadência e provas (arts. 189 a 232)**

Da prescrição e da decadência. Da prescrição. Disposições gerais. Das causas que impedem ou suspendem a prescrição. Das causas que interrompem a prescrição. Dos prazos da prescrição. Da decadência. Da imprescritibilidade. Critério científico de distinção entre prescrição e decadência. Da prova. Das provas em espécies: confissão, documento, testemunha, presunção e perícia.

5. **Modalidades e transmissão das obrigações (arts. 233 a 303)**

Da teoria da obrigação como processo. Das fontes das obrigações. Das modalidades das obrigações. Das obrigações de dar. Das obrigações de dar coisa certa. Das obrigações de dar coisa incerta. *Das obrigações de restituir.* Das obrigações de fazer. Das obrigações de não fazer. *Da fungibilidade ou infungibilidade das obrigações. Das obrigações personalíssimas. Das obrigações conjuntas e* das obrigações alternativas. Das obrigações divisíveis e indivisíveis. *Das obrigações plurais.* Das obrigações solidárias. Disposições gerais. Da solidariedade ativa. Da solidariedade passiva. Da transmissão das obrigações. Da cessão de crédito. Da assunção de dívida *ou cessão de dívida*.

6. **Adimplemento, extinção e inadimplemento das obrigações (arts. 304 a 420)**

Do adimplemento e extinção das obrigações. Do adimplemento em sentido amplo e do adimplemento em sentido estrito. Do pagamento. De quem deve pagar. Daqueles a quem se deve pagar. Do terceiro interessado e não interessado. Do objeto do pagamento e sua prova. Do lugar do pagamento. Obrigações quérable e portable. Do tempo do pagamento. Do pagamento em consignação. Da consignação judicial e extrajudicial. Do pagamento com sub-rogação. Da sub-rogação legal e da sub-rogação convencional. Da imputação do pagamento. Da dação em pagamento. Da novação. Da compensação. Da confusão. Da remissão das dívidas. Do inadimplemento das obrigações. Disposições gerais. Da mora. Das perdas e danos. Dos lucros cessantes e dos danos emergentes. Dos juros legais. Dos juros moratórios e dos juros remuneratórios. Da cláusula penal. Das arras ou sinal.

7. **Teoria geral dos contratos (arts. 421 a 480)**

Disposições gerais. Das preliminares. *Dos princípios. Da autonomia privada e da liberdade de contratar. Da força obrigatória (pacta sunt servanda). Da boa-fé objetiva. Da função social do contrato. Da classificação.* Dos contratos aleatórios. Do contrato preliminar. *Das tratativas preliminares. Da formação. Da oferta. Da aceitação. Da conclusão. Do lugar.* Da estipulação em favor de terceiro. Da promessa de fato de terceiro. Do contrato com pessoa a declarar. *Da cessão de posição contratual.* Dos vícios redibitórios. Da evicção. Da extinção do contrato. *Da resolução. Da resilição. Da rescisão.* Do distrato. *Da denúncia.* Da cláusula resolutiva *expressa e da cláusula resolutiva tácita.* Da exceção de contrato não cumprido. *Da exceção de contrato parcialmente não cumprido.* Da resolução por onerosidade excessiva. *Da resolução por inadimplemento antecipado. Da teoria da imprevisão. Da teoria da quebra da base objetiva.*

8. **Espécies de contratos e atos unilaterais (arts. 481 a 886)**

Da compra e venda. Da troca ou permuta. Do contrato estimatório. Da doação. Da locação de coisas. Do empréstimo. Do comodato. Do mútuo. Da prestação de serviço. Da empreitada. Do depósito. Do mandato. Da comissão. Da agência e distribuição. Da corretagem. Do transporte. Do seguro. Da constituição de renda. Do jogo e da aposta. Da fiança. Da transação. Do compromisso. Da promessa de recompensa. Da gestão de negócios. Do pagamento indevido. Do enriquecimento sem causa.

9. **Responsabilidade civil (arts. 927 a 954)**

Das funções da responsabilidade civil. Dos pressupostos do dever de indenizar. Do ato ilícito. Do dano. Do nexo de causalidade. Da culpa. Da responsabilidade objetiva e subjetiva. Da responsabilidade contratual e extracontratual. Da teoria do risco. Da teoria do dano. Da obrigação de indenizar. Da indenização. *Dos excludentes de responsabilidade civil. Da legítima defesa. Do estado de necessidade. Do estrito cumprido do dever legal. Da culpa exclusiva da vítima. Da culpa concorrente. Da cláusula de não indenizar. Da responsabilidade civil-penal. Da responsabilidade por fato alheio. Da responsabilidade por fato de coisa. Da responsabilidade por fato de animal.*

10. **Posse e propriedade em geral (arts. 1.196 a 1.276)**

Da posse. Das teorias da posse. Da posse e sua classificação. Da aquisição da posse. Dos efeitos da posse. Da perda da posse. Dos direitos reais. Das disposições gerais. Da propriedade. Da propriedade em geral. Das disposições preliminares. Da descoberta. Da aquisição da propriedade imóvel. Da desapropriação judicial. Da usucapião. Da aquisição pelo registro do título. Da aquisição por acessão. Das ilhas. Da aluvião. Da avulsão. Do álveo abandonado. Das construções e plantações. Da aquisição da propriedade móvel. Da usucapião. Da ocupação. Do achado do tesouro. Da tradição. Da especificação. Da confusão, da comissão e da adjunção. Da perda da propriedade.

11. Limites à propriedade (arts. 1.277 a 1.368-F)

Dos direitos de vizinhança. Do uso anormal da propriedade. Das árvores limítrofes. Da passagem forçada. Da passagem de cabos e tubulações. Das águas. Dos limites entre prédios e do direito de tapagem. Do direito de construir. Do condomínio geral. Do condomínio voluntário. Dos direitos e deveres dos condôminos. Da administração do condomínio. Do condomínio necessário. Do condomínio edilício. Disposições gerais. Da administração do condomínio. Da extinção do condomínio. Do condomínio de lotes. Do condomínio em multipropriedade. Disposições gerais. Da instituição da multipropriedade. Dos direitos e das obrigações do multiproprietário. Da transferência da multipropriedade. Da administração da multipropriedade. Disposições específicas relativas às unidades autônomas de condomínios edilícios. Da propriedade resolúvel. Da propriedade fiduciária. Do fundo de investimento.

12. Direitos reais sobre coisa alheia (arts. 1.369 a 1.418)

Da enfiteuse. Da superfície. Das servidões. Da constituição das servidões. Do exercício das servidões. Da extinção das servidões. Do usufruto. Das disposições gerais. Dos direitos do usufrutuário. Dos deveres do usufrutuário. Da extinção do usufruto. Do uso. Da habitação. Da concessão de uso especial para fins de moradia. Da concessão de direito real de uso. Do direito do promitente comprador.

13. Direitos reais de garantia e laje (arts. 1.419 a 1.510)

Do penhor, da hipoteca e da anticrese. Disposições gerais. Do penhor. Da constituição do penhor. Dos direitos do credor pignoratício. Das obrigações do credor pignoratício. Da extinção do penhor. Do penhor rural. Disposições gerais. Do penhor agrícola. Do penhor pecuário. Do penhor industrial e mercantil. Do penhor de direitos e títulos de crédito. Do penhor de veículos. Do penhor legal. Da hipoteca. Disposições gerais. Da hipoteca legal. Do registro da hipoteca. Da extinção da hipoteca. Da hipoteca de vias férreas. Da anticrese. Da laje.

14. Direito pessoal de família (arts. 1.511 a 1.638)

Do direito de família. Do direito pessoal. Dos princípios informadores. Do casamento. Disposições gerais. Da capacidade para o casamento. Dos impedimentos. Das causas suspensivas. Das invalidades. Das nulidades. Das anulabilidades. Do processo de habilitação para o casamento. Da celebração do casamento. Das provas do casamento. Da invalidade do casamento. Da eficácia do casamento. Do casamento religioso. Do casamento sob moléstia grave. Do casamento nuncupativo. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Da separação de fato. Da separação judicial. Do divórcio judicial e extrajudicial. Da retomada da sociedade conjugal. Lei 6.515/1977. Da proteção da pessoa dos filhos. Das relações de parentesco. Disposições gerais. Da filiação. Do reconhecimento dos filhos. Da adoção. Do poder familiar. Disposições gerais. Do

exercício do poder familiar. Da suspensão e extinção do poder familiar. Das ações de filiação. Do reconhecimento voluntário de paternidade. Da averiguação oficiosa de paternidade. Da oposição ao reconhecimento de filiação. Da anulação de reconhecimento. Da investigação de parentalidade. Lei 5.478/1968. Lei 11.804/2008. Da alienação parental. Lei 12.318/2010.

15. Direito patrimonial de família (arts. 1.639 a 1.727)

Do direito patrimonial. Do regime de bens entre os cônjuges. Disposições gerais. Do pacto antenupcial. Do regime de comunhão parcial. Do regime de comunhão universal. Do regime de participação final nos aquestos. Do regime de separação de bens. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores. Dos alimentos. Do bem de família. Da união estável. Da união estável heteroafetiva e homoafetiva.

16. Direito assistencial (arts. 1.728 a 1.783-A)

Da tutela e da curatela. Da tutela. Dos tutores. Dos incapazes de exercer a tutela. Da escusa dos tutores. Do exercício da tutela. Dos bens do tutelado. Da prestação de contas. Da cessação da tutela. Da curatela. Dos interditos. Da curatela do nascituro e do enfermo ou portador de deficiência física. Do exercício da curatela. Da tomada de decisão apoiada.

17. Sucessão geral e legal (arts. 1.784 a 1.856)

Do direito das sucessões. Da sucessão em geral. Disposições gerais. Da herança e de sua administração. Da vocação hereditária. Da aceitação e renúncia da herança. Dos excluídos da sucessão. Da herança jacente. Da petição de herança. Da sucessão legítima. Da ordem da vocação hereditária. Dos herdeiros necessários. Do direito de representação.

18. Sucessão testamentária e inventarial (arts. 1.857 a 2.027)

Da sucessão testamentária. Do testamento em geral. Da capacidade de testar. Das formas ordinárias do testamento. Disposições gerais. Do testamento público. Do testamento cerrado. Do testamento particular. Dos codicilos. Dos testamentos especiais. Disposições gerais. Do testamento marítimo e do testamento aeronáutico. Do testamento militar. Das disposições testamentárias. Dos legados. Disposições gerais. Dos efeitos do legado e do seu pagamento. Da caducidade dos legados. Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Das substituições. Da substituição vulgar e da recíproca. Da substituição fideicomissária. Da deserdação. Da redução das disposições testamentárias. Da revogação do testamento. Do rompimento do testamento. Do testamenteiro. Do inventário e da partilha. Do inventário. Dos sonegados. Do pagamento das dívidas. Da colação. Da partilha. Da garantia dos quinhões hereditários. Da anulação da partilha.

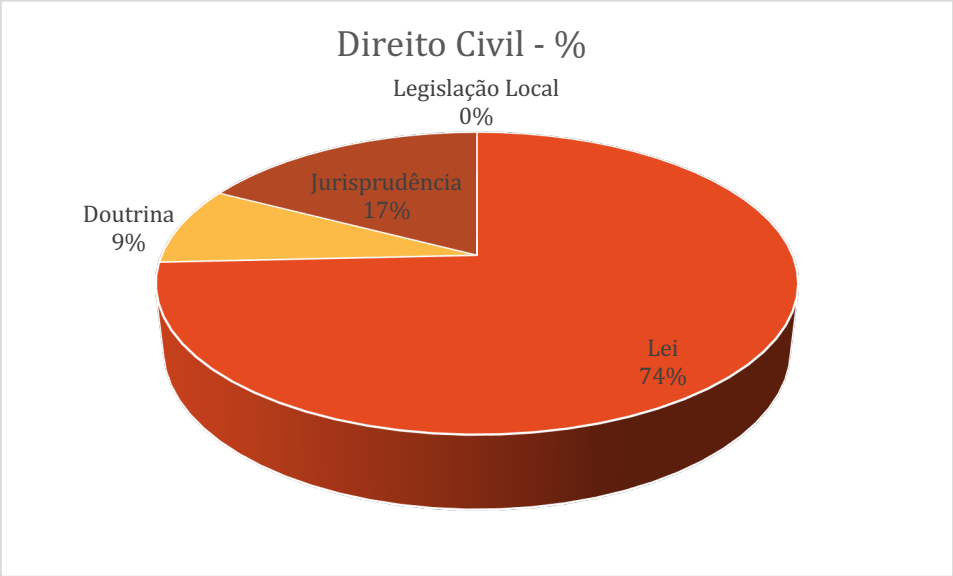
2. ANÁLISE QUANTITATIVA

2.1 – ANÁLISE DE FONTES

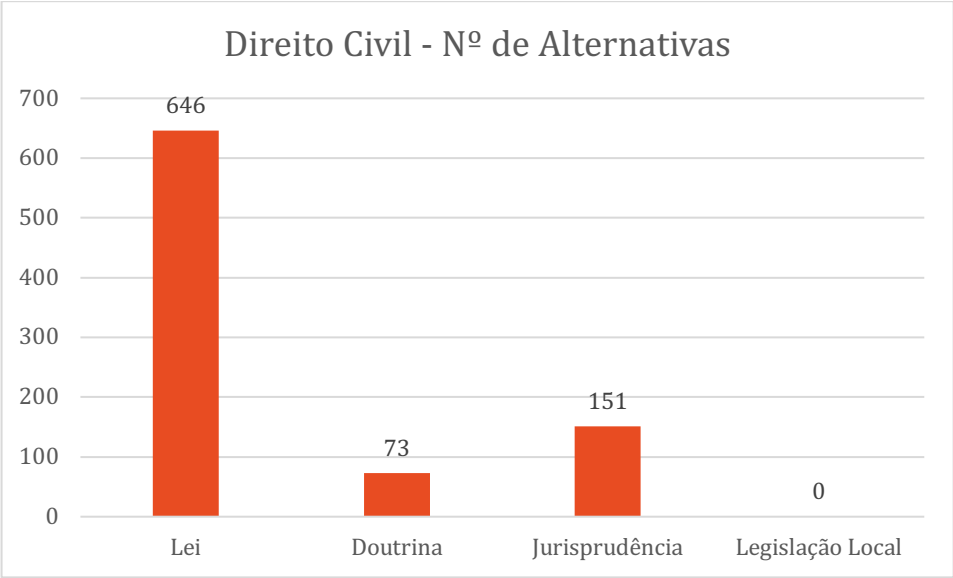
Que tipo de fonte - doutrina, jurisprudência, lei, legislação local - mais aparece numa prova de Direito Civil de Defensor Público? Será que estudo a jurisprudência com bastante afinco, ou vale mais a pena rever conceitos doutrinários? Fontes locais são importantes? Apresentamos, agora, o gráfico de incidência das provas:

Dentro desta matéria existem 4 tipos de gráficos, os dois primeiros referem-se ao estilo de cobrança na matéria específica (Lei, doutrina, jurisprudência ou Legislação Local), tanto em percentuais como em valores absolutos.

Na sequência encontramos dois gráficos referentes à cobrança específica dos temas do nosso Edital, também em percentuais e valores absolutos.

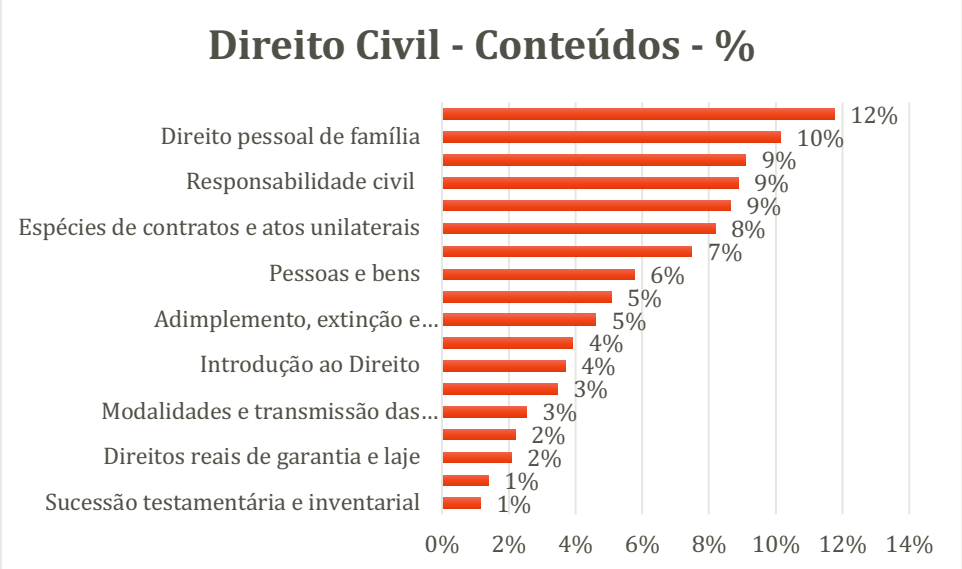


Em números absolutos, veja como se distribuem as fontes:

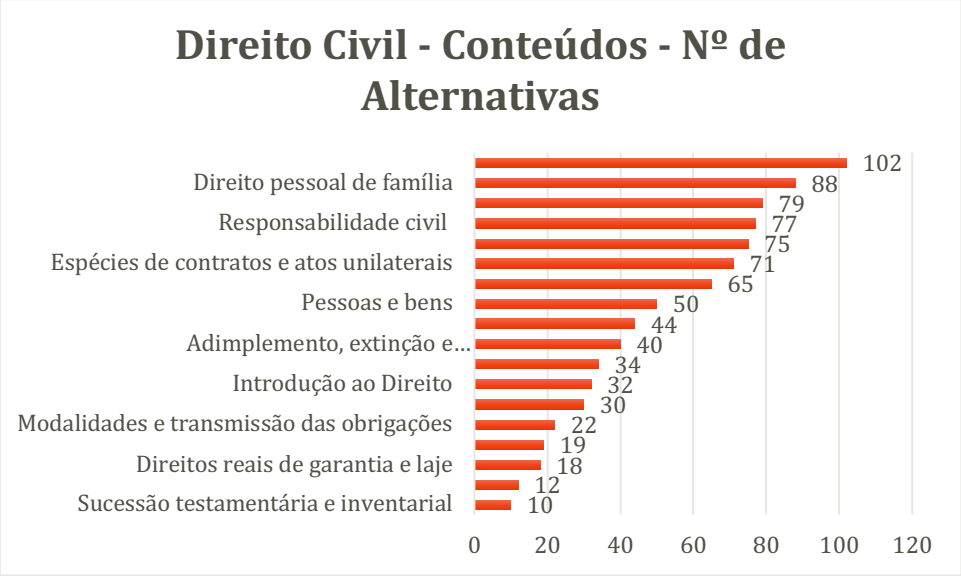


2.2 – ANÁLISE DE TEMAS

Quais são os temas que mais aparecem numa prova de Direito Civil de Defensor Público? Apresentamos, agora, o gráfico de incidência dos temas, em um gráfico percentual:



Agora, mostramos a você isso em números absolutos, para fins de comparação:



Feitas essas análises estatísticas quantitativas, é chegada a hora de fazer uma análise qualitativa e estabelecer um parecer a respeito desta disciplina na sua carreira. Vamos lá?

3. ANÁLISE QUALITATIVA E PARECER

Diante da análise de todas as questões cobradas, conforme o recorte anteriormente feito, nos certames de **Defensoria Pública** percebe-se que os temas de Direito Civil foram cobrados da forma adiante exposta.

Inicialmente, destaco que toda interpretação do Direito Civil para os concursos da Defensoria Pública deverá ter um viés civil-constitucional. Isso porque a Defensoria Pública, cotidianamente, atua no sentido de garantir a força normativa da Constituição, notadamente em prol da concretização dos direitos fundamentais dos vulneráveis.

3.1 – Introdução

No Direito Civil não há mistérios quanto à cobrança, tanto em relação às fontes principais, quanto em relação aos assuntos. A análise qualitativa já reflete muito bem a realidade da cobrança dessa matéria nas provas de concursos públicos para Defensoria Pública.

Em primeiro lugar, é evidente a prioridade total para a leitura da legislação. Apenas a lei "seca" é responsável pela resposta de 74% das questões de Direito Civil cobradas nas provas dos últimos 5 (cinco) anos de Defensoria.

Neste sentido, o estudo do Direito Civil deve seguir, majoritariamente, a leitura da lei seca de forma estratégica, isto é, os artigos mais cobrados em provas e aqueles que possuem mais chances de serem cobrados nas próximas provas (como as alterações legislativas, por exemplo).

Como fórmula essencial para assimilação e memorização da lei, é necessário ainda que o aluno se dedique à realização de muitas questões. Os exercícios ajudarão a fixar os dispositivos mais cobrados, bem como a indicar ao aluno o formato de cobrança da lei pelas bancas examinadoras, demonstrando quais dispositivos as bancas gostam de fazer "pegadinhas", quais cobram a literalidade da lei, quais são cobrados com alteração de palavras ou expressões etc.

Embora neste estudo estratégico seja indicado quais temas, dentro dos assuntos de Direito Civil, são mais cobrados, é só com a realização de questões pelo próprio aluno que esse conhecimento e a aptidão para resolver questões serão assimilados.

Por outro lado, a doutrina é encontrada em 09% das questões. Trata-se de número relativamente baixo, principalmente quando comparado com a cobrança da legislação.

É importante também perceber que, em alguns pontos da matéria, será importante o estudo teórico para compreensão da lei e do próprio assunto tratado, o que facilitará a memorização dos dispositivos legais.

Por este motivo, a doutrina, inicialmente, no Direito Civil, será estudada de forma majoritariamente acessória e apenas em assuntos específicos. Porque falamos em "inicialmente". Em provas objetivas, de fato, a cobrança da lei deve ser enfatizada. Mas, para certames dissertativos e orais, dificilmente o examinador irá se limitar a letra da lei. Apenas de forma exemplificativa, na prova dissertativa da Defensoria Pública de São Paulo (2019), fora cobrada uma questão que envolvia um caso concreto, no qual a examinadora pleiteava conhecimentos doutrinários e jurisprudenciais. Então, foquem na leitura da lei, mas sem deixar de lado a análise da doutrina e da jurisprudência – o que irá facilitar sobremaneira a compreensão legal, de forma a não tornar o estudo um "decoreba".

A jurisprudência, por sua vez, foi cobrada em 17% das questões das provas de Defensoria dos últimos 5 anos, possuindo, portanto, um custo benefício razoável. Por isso, indicamos o estudo das jurisprudências do STF e STJ, notadamente aquelas destacadas nos materiais dos professores.





O Estudo do Direito Civil para Defensoria deve ser focado, principalmente na leitura da lei, na realização de questões e na análise dos principais casos de Direito Civil do STJ e do STF. O estudo teórico, para provas objetivas, deve ser direcionado de forma estratégica, notadamente para facilitar a compreensão de determinados temas.

Ainda quanto às fontes de estudo, não se deve estudar a legislação local em Direito Civil, ou ser estudado apenas de forma pontual a depender do edital.

3.2 – Introdução ao Direito (LINDB e LC 95/1988)

Tema de grande prioridade no estudo do Direito Civil. Embora se trate de um tema pequeno, possui uma incidência relevante em provas, o que lhe confere um bom custo-benefício. Reparem que o edital da DPEBA é bem detalhado no que tange às questões introdutórias do Direito Civil, sendo certo que destacamos para os nossos alunos a necessidade de estudos da Constitucionalização do Direito Civil.

O foco principal neste tópico deve ser a leitura da LINDB (Item 08 do Edital), que é o ponto mais importante deste tópico. Destaca-se:

a) Vigência e eficácia da norma e *vacatio legis*, alteração da lei no período de *vacatio legis* e vigência da lei no território nacional;
b) Retroatividade e irretroatividade da norma. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada.
c) Forma de integração das leis.



Como estamos tratando de Defensorias, o **destaque atual é absoluto para os dispositivos inseridos pela Lei 13.655/18 na LINDB, ou seja, as normas de Direito Público da LINDB.**

Além disso, é importante estudar também a teoria para entender melhor os conceitos iniciais do Direito Civil, especialmente para uma eventual questão discursiva e para facilitar a compreensão de diversos institutos do Direito Civil e do Direito em geral. São assuntos, dentro desta parte inicial, de importância intermediária, destacando-se:

a) Diferenciação entre direito subjetivo e direito potestativo;
b) Os paradigmas do Código Civil de 2002 (socialidade, eticidade e operabilidade/concretude). Nesse ponto, destacamos dois conceitos muito importantes para Defensoria Pública: boa-fé objetiva e função social – da posse e propriedade.

c) A constitucionalização do Direito Civil: é extremamente importante que o aluno conheça o movimento de constitucionalização do Direito Civil. Outro ponto que merece destaque é a eficácia horizontal dos direitos fundamentais nas relações privadas.
d) Proteção dos grupos sociais vulneráveis no âmbito privado.

3.3 – Pessoas e bens (arts. 1º a 103, CC)

Trata-se do assunto importante em Direito Civil para Defensorias, além de ter um altíssimo custo benefício, haja vista que se trata de um tema relativamente fácil de estudar, porém, com alto índice de incidência em provas de Defensorias – 6%. Destaque para a possibilidade de questionamento de questões envolvendo transexuais, em especial julgados do STF sobre o tema (Ponto 09 do Edital).

Em primeiro lugar, deve-se ler os dispositivos citados, sem exceção.

Saiba muito bem os casos de incapacidade absoluta e relativa, bem como a cessação da menoridade. É necessário também conhecer as teorias relacionadas ao início da personalidade jurídica (teorias natalista, condicionalista e concepcionista).

> Leia os artigos 11 a 21 com relação aos direitos de personalidade e estude a teoria (doutrina) neste ponto para conhecer as características desses direitos e as decisões relevantes, tais como a possibilidade de publicação de biografia não autorizada, o choque dos direitos de personalidade com a liberdade de imprensa, o direito fundamental ao esquecimento, dentre outras decisões citadas.
> Nos concursos da Defensoria Pública, tenha atenção as questões envolvendo o nome social, bem como a transexualidade, com destaque para julgados do Supremo Tribunal Federal acerca da mudança do nome civil em razão da transexualidade. Atentar-se acerca das questões envolvendo identidade de gênero.

Quanto ao Capítulo III do Código Civil (Da Ausência), nos arts. 22 a 39, sugerimos a leitura atenta, porém rápida, dos dispositivos e realização de algumas questões. Do art. 40 ao art. 69, em regra, também sugerimos a leitura da lei.



Muita atenção para o art. 50, que trata da desconsideração da personalidade jurídica e foi alterado recentemente pela lei 13.874/2019. Essa alteração vai despencar nas próximas provas.

Conheça a jurisprudência relacionada à desconsideração da personalidade jurídica.

	Também é importante **conhecer a doutrina no que diz respeito às teorias maior e menor da desconsideração da Personalidade Jurídica**, as suas diferenças e aplicações na ordem jurídica, inclusive relacionando com o CDC. Não esqueçam da desconsideração inversa, tema importante e que está sempre em evidência.

Já na parte dos bens, em que pese não estar presente de forma expressa nos editais, sugiro o da Teoria do Patrimônio Mínimo, que é de grande valia para os concursos da Defensoria Pública, pois relaciona-se com direitos fundamentais e com o valor fundamental da dignidade da pessoa humana.

Também é necessário conhecer o conceito de **bem de família legal, a leitura da Lei 8.009/1990 e a jurisprudência relacionada.**

3.4 – Negócio Jurídico

Neste tópico, é importante estudar, ainda que brevemente, conhecer a doutrina no que diz respeito à classificação dos fatos jurídicos, especialmente a diferenciação entre ato-fato jurídico, ato jurídico e negócio jurídico.

Quanto aos demais temas, é imprescindível a leitura da lei, com maior destaque para:

a) Teoria das invalidades dos negócios jurídicos;
b) Planos de existência, validade e eficácia;
c) Condição, termo e encargo (plano de eficácia dos negócios jurídicos);
d) Defeitos do negócio jurídico (muita atenção para as diferenças entre erro e dolo e lesão e estado de perigo);
e) Simulação;
f) Fraude contra credores, especialmente a necessidade de ação pauliana e a comparando com fraude à execução;
g) Representação.

3.5 – Prescrição, decadência e provas

O estudo deste tópico deve ser realizado pela leitura da legislação e pela realização de muitas questões.

A parte de provas deve ser estudada no processo civil, aproveitando-se o estudo para o Direito Civil, em que basta a leitura rápida da lei.

Quanto à prescrição e decadência, saiba as diferenças fundamentais entre esses institutos, mas, principalmente, gravem os prazos prescricionais previstos no Código Civil e as causas de interrupção e suspensão da prescrição.

3.6 – Modalidades e transmissão das obrigações

O Direito das Obrigações também é prioritário no Estudo do Direito Civil para Defensorias, possuindo um bom custo-benefício. Basta analisar no gráfico as questões envolvendo adimplemento, extinção, modalidade e transmissão das obrigações.

O estudo deste tópico deve ser realizado por meio da leitura da legislação e da realização de muitas questões. Não há grande necessidade de estudo da teoria, em que pese auxiliar bastante na fixação da matéria.

Atenção especial para a diferença entre a obrigação de dar coisa incerta, obrigação alternativa e obrigação facultativa, para as obrigações divisíveis e indivisíveis, para as obrigações solidárias e para a cessão de crédito.

Conhecimento da cessão da posição contratual (doutrina).

3.7 – Adimplemento, extinção e inadimplemento das obrigações (arts. 304 a 420)

Os temas mais cobrados, sem dúvidas, são os relacionados ao inadimplemento das obrigações, especialmente a mora, as perdas e danos, os juros legais, a cláusula penal e as arras (ou sinal). Neste ponto, deve-se realizar muitas questões, com a leitura da lei, para fixar os dispositivos mais cobrados. Atenção para a possibilidade ou não de cumulação desses institutos, especialmente a possibilidade de cumulação das arras e da cláusula penal com indenização por perdas e danos.

3.8 – Teoria geral dos contratos (arts. 421 a 480)

É importante conhecer sua parte teórica para fins de provas subjetivas, bem como para conhecer melhor a parte que se relaciona com os contratos em espécie, tema importante para Defensoria Pública.

O estudo prioritário aqui deve ser da legislação. Mas há a necessidade de um estudo doutrinário para fins de provas subjetivas, conforme afirmado acima.

Os temas principais da lei são:

a) Vício redibitório e evicção;
b) Contratos aleatórios e contrato preliminar;
c) Toda a parte da extinção do contrato (tema principal da lei dentro deste assunto).

Com relação ainda à extinção do contrato, a exceção do contrato não cumprido e a resolução contratual por onerosidade excessiva são os temas mais importantes. Este último ainda deve ser estudado juntamente com a doutrina, que fará uma relação com a teoria da imprevisão e com a teoria da quebra da base objetiva do contrato. Aqui, tais teorias ganham destaque no período de pós pandemia, em especial quando envolve grupos em situação de vulnerabilidade.

Por outro lado, o estudo teórico (doutrinário) deve priorizar:

a) Função social do contrato;
b) Boa-fé;
c) Princípios contratuais;
d) Autonomia privada;
e) *Pacta sunt servanda* e suas exceções;
f) **Teoria da imprevisão e teoria da quebra da base objetiva do contrato.**

3.9 – Espécies de contratos e atos unilaterais (arts. 481 a 886)

Tema com grande incidência em provas de Defensoria (08% das questões das provas dos últimos 5 anos).

Para atos unilaterais, destacamos, especialmente, o enriquecimento ilícito (arts. 884 a 886) e o pagamento indevido (arts. 876 a 883).

3.10 – Responsabilidade civil (arts. 927 a 954)

Assunto que possui alta incidência para provas objetivas, além de grande importância para provas subjetivas e orais.

O seu estudo deve envolver a conjugação da doutrina, lei e jurisprudência, lembrando sempre que é um assunto que deve ser compreendido não apenas para provas objetivas, em que há prevalência da lei, mas deve ser estudado já visando às fases subsequentes do certame, bem como conhecer, de uma maneira geral, a responsabilidade civil, o que facilitará a compreensão da responsabilidade civil do Estado no Direito Administrativo, tema que também poderá ser objeto de cobrança na matéria específica, a exemplo da responsabilidade do Estado inerente aos presos – grupo específico em situação de vulnerabilidade.

Assim, destacamos a necessidade de estudar pela teoria (doutrina) os seguintes tópicos:

a) Teoria geral (funções da responsabilidade civil, elementos, pressupostos etc.);
b) Teorias do nexo de causalidade;
c) Responsabilidade contratual e extracontratual. Responsabilidade por ato ilícito e por ato lícito;

d) Excludentes de responsabilidade;
e) Responsabilidade objetiva e subjetiva;
f) Juros e correção monetária;
g) Abuso de direito;
h) Dano moral.

Fora esses pontos, deve-se realizar a leitura atenta e reiterada dos dispositivos do Código Civil e realizar muitas questões.

3.11 – Posse e propriedade em geral (arts. 1.196 a 1.276)

De acordo com o gráfico, trata-se de matéria que não é muito cobrada nos certames objetivos. Porém, para provas dissertativas e orais, trata-se de tema de extrema importância, notadamente diante da atuação robusta da Defensoria na defesa do direito à moradia, o que torna o assunto como de **prioridade absoluta para os alunos**.

Neste ponto, é importante um conhecimento básico teórico (doutrinário), em especial quanto aos conceitos e características da posse e da propriedade:

a) Características fundamentais (absolutismo, sequela, preferência e taxatividade);
b) Distinção entre direitos reais, pessoais e mistos;
c) Obrigações *proter rem*;

Quanto à posse, o estudo deve ser híbrido, envolvendo teoria, lei, jurisprudência e questões. Neste tema, é necessário conhecer tudo, com destaque para:

a) Terias da definição da posse (doutrina); atenção especial para a teoria sociológica/contemporânea da posse;
b) Classificação, formas de aquisição e efeitos (lei – arts. 1.196 a 1.222);
c) Desapropriação judicial indireta;
d) Posse x detenção (lei e doutrina);
e) Defesa da posse (doutrina e jurisprudência).

Quanto à propriedade, temos inúmeros temas de grande importância. Embora o enfoque aqui deva ser a legislação, há que se conhecer a doutrina em determinados aspectos. Destaca-se:

a) Aquisição da propriedade, em especial a usucapião. Importante ainda saber a impossibilidade de usucapião de bens públicos (lei, doutrina e jurisprudência);
b) Função social da propriedade (doutrina);
c) Atributos da propriedade (doutrina);
d) Quanto aos demais temas, basta a leitura da lei.

Para Defensoria Pública, em provas dissertativas, importante que o aluno estude questões inerentes à função social da posse e da propriedade, bem como o Comentário Geral nº 4 e 7 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

3.12 – Limites à propriedade (arts. 1.277 a 1.368-F)

Nesse ponto, sugiro uma leitura atenta dos dispositivos do Código Civil. Na Defensoria Pública não é incomum surgirem questões envolvendo direito de vizinhança.

Por fim, vale o destaque para a multipropriedade, inserida no Código Civil recentemente pela lei nº 13.874/2019 que, pelo seu caráter de novidade, pode vir a ser cobrado, em que pese não ser realidade nos temas institucionais, mas apenas a letra da lei e de forma superficial, como o conceito, por exemplo.

3.13 – Direitos reais sobre coisa alheia (arts. 1.369 a 1.418)

Sugerimos como forma de estudo exclusivamente a leitura da lei, com uma breve leitura dos PDFs para compreensão dos institutos, além da realização de questões. Ênfase nas questões envolvendo propriedade fiduciária.

O principal foco neste tópico deve ser os direitos do promitente comprador, conhecendo ainda a jurisprudência relacionada e indicada no material em PDF.

Em seguida, atenção para os seguintes temas: Da superfície. Das servidões. Da constituição das servidões. Do exercício das servidões. Da extinção das servidões. Do usufruto. Da Propriedade Resolúvel. Da Propriedade Fiduciária.

3.14 – Direitos reais de garantia e laje (arts. 1.419 a 1.510)

Sugerimos a leitura da lei, com uma leitura atenta dos PDFs para compreensão dos institutos, além da realização de questões.

Destaque total para a laje, por se tratar de uma novidade do sistema e realidade nos atendimentos da Defensoria Pública, inserida pela lei 13.465/2017 no Código Civil.

3.15 – Direito pessoal de família (arts. 1.511 a 1.638)

Assunto mais cobrado nas provas da Defensoria Pública, que possui atuação robusta na referida área. Não por outro motivo, já existe edital trazendo Direito de Família como matéria autônoma a ser cobrada no concurso. No edital da DPEBA, o tema é extremamente detalhado no edital, nos termos dos pontos 30/35.

O aluno deverá dar uma atenção especial às entidades familiares e as relações familiares plurais, com enfoque na diversidade sexual e na família homoafetiva. Os princípios constitucionais da família será importante base para fundamentar tais temas!

No estudo do casamento, além das questões envolvendo separação e divórcio, o aluno deve prestar grande atenção para: casamento homoafetivo; capacidade, impedimentos e causas suspensivas; regime de bens.

Em relação às relações de parentesco, o aluno deverá prestar atenção especial para questões inerentes à multiparentalidade. Atento aos princípios relativos a filiação, foquem na filiação socioafetiva.

A proteção à pessoas dos filhos e convivência familiar também são temas importantes para os concursos da Defensoria Pública. Temas como guarda compartilhada, paternidade responsável e alienação parental merecem uma atenção especial.

Outros temas não menos importantes devem ser estudados detalhadamente: união estável, união homoafetiva, alimentos, tutela e outros dois institutos que estão em evidencia – curatela e tomada de decisão apoiada.

3.16 – Direito patrimonial de família (arts. 1.639 a 1.727)

Nesse ponto, além da leitura da lei, sugerimos o estudo de julgados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

3.17 – Direito assistencial (arts. 1.728 a 1.783-A)

Tema também extremamente importante nos concursos da Defensoria Pública. O estudo deverá ser estudado juntamente com o estudo do Estatuto da Pessoa com Deficiência, sempre com um viés constitucional. Lembre-se, sempre, o direito a ser diferente e da excepcionalidade do instituto da curatela.

3.18 – Sucessão geral e legal (arts. 1.784 a 1.856)

Em que pese a baixa cobrança nos concursos da Defensoria Pública, sugerimos ao menos a leitura atenta dos dispositivos legais. Porém, no que tange a sucessão, importante que o aluno tenha uma atenção especial à julgados do STJ e do STF.

3.19 – Sucessão testamentária e inventarial (arts. 1.857 a 2.027)

Em que pese a baixa cobrança nos concursos da Defensoria Pública, sugerimos ao menos a leitura atenta dos dispositivos legais.

Por fim, solicitamos uma atenção especial ao estudo de leis especiais cíveis (pontos 37 e seguintes), que será objeto de uma aula específica!

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final desta aula! Continuaremos com o Estudo Estatístico das demais disciplinas nas aulas respectivas. Nesta aula você pôde ver como a disciplina-tema incide nas provas.

Quaisquer dúvidas, sugestões, críticas ou mesmo elogios, não hesite em entrar em contato conosco. Estamos disponíveis, sempre, no Fórum de Dúvidas do Portal do Aluno.

Até a próxima!

Igor Maciel

Paulo H M Sousa

Marcos Gomes

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.